

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 18

JORNAL DE BRASÍLIA - ON LINE
ANFIP

Reforma: Israel Batista conclama servidores 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica já descarta retomada no 1º trimestre 5

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo abrirá renegociação para dívidas de Funrural e ITR 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: 438 mil declarações no 1º dia 9

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Covid-19: Mogi Guaçu prepara força-tarefa para fiscalizar restrição de circulação a partir desta
terça 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Tudo ou nada para aprovar o auxílio 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Estados prorrogam programas próprios de auxílio emergencial 14

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

PEC que autoriza auxílio pode deixar ajuste de gastos para 2025 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo quer elevar tributo de banco para compensar desoneração do diesel 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Contribuição de banco sobe 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários pressionam por reformas e sugerem tributária simplificada 23

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Números e valores para o TSE vigiar - BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Secretários pedem toque de recolher nacional das 20h às 6h e lockdown 26

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governadores dizem que Bolsonaro quer priorizar 'confronto' 29

Terça-Feira, 2 de Março de 2021

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para governadores, Bolsonaro distorceu dados sobre repasses 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Com inflação em alta, BC deve subir juros 32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Poder consolidado em eleições legislativas 33

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Retomada do Brasil este ano deve ter ritmo inferior ao de outros emergentes 34

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

País deixa time das 10 maiores economias 37

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Pressão por desidratação ameaça votação da PEC emergencial amanhã 38

O GLOBO - ON LINE - RJ - Merval Pereira
POLÍTICA

Caindo pelas tabelas 39

Reforma: Israel Batista conclama servidores

Por Redação Jornal de Brasília

Hylda Cavalcanti e Catarina Lima

O deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) Professor Israel (PV-DF/foto), chamou a atenção para a necessidade de ser aquecido o debate sobre a reforma administrativa (PEC 32), cuja tramitação o Governo Federal tem dado sinais de que quer ver acontecer de forma célere.

Mobilização - Durante live da **Anfip**, na última semana, o parlamentar disse que, com a proposta em andamento, o clima agora precisa ser outro. "Precisamos de mais mobilização e esclarecimento. O momento é de pedir para os servidores entrarem nas redes, se posicionarem nas ruas, conversarem com colegas. É tudo ou nada", destacou.

Não resistiu

Aconselhada a ficar mais recolhida e evitar manifestações nas redes sociais para evitar desgastes no momento em que disputa a presidência da CCJ da Câmara, a deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) não resistiu ao último final de semana.

Manifestação - Contrária ao lockdown, ela não apenas participou de uma manifestação pedindo a abertura do comércio do DF em frente à casa do governador Ibaneis Rocha, como fez várias publicações bem ao estilo dos parlamentares bolsonaristas.

Na CCJ - O imbróglio que envolve Bia tem previsão para ser definido esta semana. Muitos deputados são contra sua indicação para o comando da CCJ, pelo fato de ela ter atacado várias vezes representantes de outros poderes, sobretudo o Judiciário.

O deputado federal Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF) solicitou, ontem, durante audiência com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, 35 kits de UTI completos (insumos e equipamentos), com urgência, para o enfrentamento da covid em Brasília e nas Regiões Administrativas.

"Indispensáveis" - De acordo com Ribeiro, os insumos e equipamentos são fundamentais para a contenção da doença, "além de serem indispensáveis para acelerar o atendimento dos pacientes contaminados

pelo vírus". Até a noite de ontem (28/2), o DF tinha 88 pacientes aguardando na fila de espera por um leito nas UTIs.

No Iges

Está previsto para entrar na pauta da Câmara Legislativa do DF (CLDF) de hoje a indicação do ex-ministro e ex-secretário Gilberto Occhi para o cargo de diretor-presidente do Iges-DF. Ele já teve o nome sabatinado e aprovado pela Secretaria de Educação, Saúde e Cultura da Casa.

CPI - Em paralelo, os distritais seguem com a mobilização por assinaturas que pedem a instalação de uma CPI para investigar o instituto, responsável pela gestão estratégica de Saúde do Distrito Federal. A do deputado distrital Jorge Vianna (Podemos) - a mais recente - foi a sexta. São necessárias oito para a comissão poder ser instalada.

Policiais

A comissão da vacina da CLDF protocolou, na última semana, um requerimento que pede à Secretaria de Saúde do DF mais atenção para com os policiais civis do Distrito Federal durante a imunização da covid.

Primeiras fases - O texto argumenta que esses profissionais "lidam cotidianamente com diversas pessoas, estando, por conta disso, com maior risco de exposição e transmissão do vírus e, por isso, devem constar nas primeiras fases do calendário de imunização".

Parceria

O deputado distrital Eduardo Pedrosa (PTC) reuniu-se, recentemente, com a diretoria do BRB para tentar construir uma parceria entre a Sociedade Esportiva do Gama, uma das referências do futebol do DF, e a instituição.

Potencial - "É muito importante valorizarmos o esporte da nossa cidade", explicou o parlamentar, ao ressaltar que, em sua opinião, o time do Gama "tem um grande potencial, mas precisa de ajuda para seguir investindo nos seus atletas".

Sem taxas

Os deputados distritais Chico Vigilante (PT) e Cláudio Abrantes (PDT) comemoraram a assinatura, há

poucos dias, do decreto que regulamenta a Lei nº 6.576/2020, que concede a suspensão da cobrança de pagamento de preço público para feirantes, ambulantes e quiosqueiros ocupantes de áreas públicas.

Ajuda - "Trata-se de uma medida muito importante, que nasceu da luta dos feirantes, da qual participamos", disse Vigilante. "A medida vai ajudar famílias que estão lutando honesta, digna e legalmente pelo seu sustento neste período difícil de pandemia", ressaltou Abrantes.

Beneficiados - O decreto beneficia 38 feiras permanentes e shoppings populares; 17 mil feirantes; 3,4 mil bancas de jornais; 5,6 mil quiosqueiros; 271 mobiliários urbanos em terminais rodoviários; 400 produtores da Ceasa; 900 quiosques na área de domínio do DER e ambulantes.

Segurança

Subtenente reformado da Polícia Militar do DF, o deputado distrital Hermeto (MDB) divulgou ontem o feito de ter tido sancionadas, do início do mandato até agora, oito leis de sua autoria. Todas, na área de Segurança Pública.

Metas - "Meus objetivos são valorizar os agentes, aumentar o efetivo, garantindo mais policiais nas ruas, e modernizar as ferramentas tecnológicas que eles utilizam, para permitir às nossas forças de segurança uma tecnologia de ponta", afirmou, em tom satisfeito.

Pego de surpresa

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) questionou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), sobre o encerramento dos trabalhos da CPI referente ao acidente aéreo da Chapecoense, da qual é relator. A comissão foi instalada em dezembro de 2019, mas em função da pandemia, tinha tido seu prazo estendido.

Reabertura - "Fiquei surpreso ao ler na última semana que a comissão foi extinta pelo novo presidente. Supondo que tenha havido algum equívoco de processamento, peço que se determine aos setores devidos a reabertura do prazo para que eu possa elaborar meu relatório e encerrar corretamente os debates que estávamos fazendo", disse.

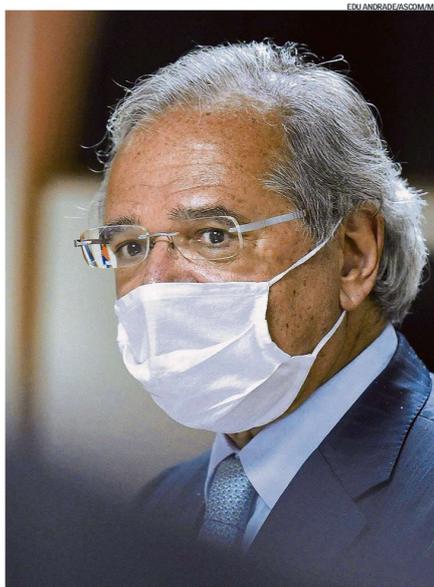
O deputado distrital Chico Vigilante (PT) aguarda a votação em segundo turno, no plenário da CLDF, do projeto de sua autoria que proíbe a privatização da alimentação escolar. O texto foi aprovado em primeiro turno na última quarta-feira. "O objetivo é coibir essa prática que já provocou tantos transtornos no DF",

afirmou o parlamentar.

Pela secretaria - A proposta proíbe que a gestão da alimentação escolar seja feita por empresas ou entidades privadas, com ou sem fins lucrativos. Estabelece, também, que os recursos financeiros recebidos da União, bem como recursos próprios do GDF sejam executados diretamente pela secretaria de Educação.

Site: <https://jornaldebrasil.com.br/blogs-e-colunas/do-alto-da-torre/reforma-israel-batista-conclama-servidores/>

Equipe econômica já descarta retomada no 1º trimestre



Paulo Guedes: medidas de apoio precisam voltar até que vacinação avance

Lu Aiko Otta e Edna Simão

A volta do "lockdown" em vários Estados e a demora no processo de vacinação jogaram por terra as perspectivas de retomada da atividade econômica no primeiro trimestre do ano, segundo avaliação que está sendo feita no gabinete do ministro da Economia, Paulo Guedes. Também já se coloca em dúvida o desempenho da economia no segundo trimestre.

Medidas de apoio a pessoas e empresas adotadas em 2020, como o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), precisarão ser retomadas até que haja uma quantidade de pessoas vacinadas suficiente para criar a imunidade de rebanho. É possível que o retorno à normalidade da atividade econômica só ocorra no segundo semestre de 2021, admite-se.

Neste novo momento de emergência, uma das medidas em estudo é o adiamento, por quatro meses, do vencimento das carências nos empréstimos concedidos às micro e pequenas empresas por meio do Pronampe. Em tese, os pagamentos teriam início neste mês. No entanto, acredita-se que as empresas terão dificuldade em honrar essas parcelas.

O governo também pretende reeditar o Benefício

Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que permitiu às empresas suspender os contratos de trabalho de seus funcionários ou reduzir, de forma proporcional, as jornadas de trabalho e os salários. No ano passado, esse programa permitiu preservar 11 milhões de empregos, segundo cálculos do governo.

Não está decidido, porém, como viabilizar a complementação salarial que foi paga pelo governo no ano passado. Essa decisão depende de uma definição sobre o Orçamento federal em 2021. Gastos com a prorrogação do programa não estão previstos na proposta em análise no Congresso Nacional.

Uma possibilidade em discussão no Ministério da Economia é a adoção do layoff, medida que consiste na suspensão do contrato de trabalho. Nesse caso, o empregado recebe renda paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já havia informado que algumas medidas de 2020 voltariam neste ano. No entanto, não foi específico sobre quais. Mencionou, porém, a antecipação do 13-salário dos aposentados e pensionistas e do abono.

Não há decisão tampouco quanto a um novo diferimento tributário. A medida foi adotada no ano passado e trouxe alívio de caixa às empresas nos meses mais agudos do distanciamento social. De acordo com dados divulgados na semana passada pela **Receita Federal**, cerca de R\$ 19 bilhões que deveriam ter sido recolhidos em 2020, referentes a esses adiamentos, ainda não o foram.

O governo estuda também a reedição de uma medida provisória (MP) com regras que simplificam a contratação de crédito. Outra frente seria a ampliação do programa de transação tributária, que permite encerrar litígios entre o fisco e os contribuintes na Justiça e com isso antecipar recursos para os cofres públicos.

A prorrogação do auxílio emergencial, por sua vez, segue como um ponto de preocupação e impasse. No gabinete de Guedes, percebe-se muito empenho do Congresso ao pagamento do benefício, mas pouquíssima disposição em discutir medidas de restrição de gastos.

A área econômica gostaria de combinar as duas coisas, para mostrar compromisso com o reequilíbrio das contas públicas. A retirada dos dispositivos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial que eliminavam da Constituição gastos mínimos com saúde e educação tiraram muito da potência desejada pela área econômica em termos de medidas para ajustar as contas públicas.

Acredita-se, porém, que ainda há chances de aprovar os dispositivos que permitem a Estados e municípios adotarem medidas temporárias de restrição de gasto quando as despesas correntes ultrapassarem 95% das receitas correntes. As medidas afetam, sobretudo, gastos com **servidores públicos**. Proíbem medidas que elevem despesas com folha salarial.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Governo abrirá renegociação para dívidas de Funrural e ITR

Rafael Walendorff De Brasília

Sem o perdão das dívidas do Fundo de Assistência ao Produtor Rural (Funrural) prometido por Jair Bolsonaro quando ainda era candidato à Presidência da República, produtores rurais ganharam ontem uma alternativa para saldar o passivo bilionário. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) incluiu a possibilidade de regularização dos débitos da contribuição previdenciária e do Imposto Territorial Rural (ITR) no Programa de Retomada Fiscal.

O setor produtivo estima que cerca de R\$ 34 bilhões poderão ser negociados com descontos de 100% sobre juros e multas e de até 70% do saldo devedor e prazos de parcelamento desses débitos que podem chegar a 133 meses.

A PGFN também reabriu o prazo para adesão de pequenos e médios produtores com dívidas financeiras de crédito rural e fundiário, do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR. Considerada bem-sucedida no ano passado, a regularização desses débitos ficou aberta entre setembro e dezembro de 2020 e gerou 1,8 mil acordos, com valor total negociado de mais de R\$ 1 bilhão, informou o órgão ao Valor.

Devedores de ITR e Funrural poderão aderir à renegociação de 15 de março a 30 de setembro deste ano. Estão aptos a serem incluídos no programa os débitos inscritos em Dívida Ativa da União até 31 de agosto e também os anteriores a março de 2020, limite previsto anteriormente na medida da PGFN para os demais passivos.

"A expectativa com a reabertura do Programa de Retomada Fiscal como um todo é de, ao menos, alcançar o resultado obtido em 2020, quando foram negociadas dívidas da ordem de R\$ 81 bilhões, em aproximadamente 270 mil acordos", disse a PGFN.

As condições de renegociação variam de acordo com a dívida. Para pessoas físicas ou sociedades cooperativas haverá a cobrança, como entrada, de um valor 4% do montante consolidado em 12 meses. O restante será pago em parcelas mensais (mínimo de 36 e máximo de 133 vezes) com redução de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos legais, desde que o desconto total não ultrapasse 70% do

crédito negociado.

A parcela será determinada pelo maior valor entre 1% da receita bruta do mês imediatamente anterior e o valor correspondente à divisão do saldo consolidado pela quantidade de prestações solicitadas. Para pessoas jurídicas, os descontos variam de 35% a 50% sobre o saldo devedor, e os prazos, de 36 a 72 meses. As demais condições serão as mesmas.

No setor produtivo, o combo de renegociação de dívidas financeiras e tributárias é visto como um passaporte para a retomada do acesso ao crédito. "Essa regularização permitirá aos produtores obter certidões de regularidade fiscal, exigidas para acessar políticas públicas como crédito rural, subvenção ao prêmio do seguro rural e apoio à comercialização, que atendem especialmente pequenos e médios produtores e contribuem para o desenvolvimento econômico do país", diz um ofício assinado pelo presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins. O documento, enviado à PGFN em janeiro, já pedia a regularização do passivo.

Confiantes na promessa de perdão da dívida do Funrural, muitos produtores não aderiram ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), criado em 2018. Segundo dados da **Receita Federal**, houve cerca de 10 mil adesões e R\$ 11,2 bilhões negociados.

Grupos de produtores cobram a extinção do débito, mas, segundo o governo, a medida não foi adotada por receio de que, com ela, se cometa crime de responsabilidade fiscal. No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a contribuição previdenciária não pode ser cobrada sobre as exportações, acabando, na prática, com parte considerável do passivo.

Para negociar o passivo no PRR, era preciso abrir mão de processos judiciais que contestavam a dívida do Funrural, alvo de decisões controversas no STF desde 2011. "Teve gente que não fez isso, perdeu o prazo e foi direto para a Dívida Ativa da União. Por isso, era preciso um programa de regularização", explicou um representante do setor.

Uma fonte do governo avaliou que a medida da PGFN tem potencial para resolver o problema aos

produtores, aliviar a pressão sobre o governo e tirar definitivamente da pauta de Brasília o assunto "tóxico" do perdão da dívida.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186715

IR: 438 mil declarações no 1º dia

Natália Bosco*

A **Receita Federal** recebeu 438.109 declarações do Imposto de Renda (IR) no primeiro dia do prazo para entrega da documentação. O balanço do primeiro dia foi fechado às 18hs de ontem. O sistema de recebimento do IR fica disponível 20 horas por dia e só é fechado durante a madrugada, entre 1h e 5h. Os contribuintes têm até 30 de abril para enviar a declaração à **Receita Federal**.

Vale lembrar que o envio da Declaração do Imposto de Renda é obrigatório para contribuintes que receberam, em 2020, rendimentos tributáveis em valor acima de R\$ 28.559,70; quem obteve receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50 em atividade rural; pessoas que receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40 mil.

Também deve declarar quem obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do Imposto de Renda, ou realizou operações em Bolsas de Valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas. Por fim, as pessoas que tinham, em 31 de dezembro de 2020, a posse ou a propriedade de bens ou direitos de valor total superior a R\$ 300 mil também precisam entregar o documento à **Receita Federal**.

Deixar de encaminhar a declaração dentro do prazo resulta em multa por atraso. Este ano, a Secretaria da **Receita Federal** liberou para download o programa Gerado da DIRPF 2021 e o aplicativo "Meu Importo de Renda" para smartphones.

* Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Covid-19: Mogi Guaçu prepara força-tarefa para fiscalizar restrição de circulação a partir desta terça

Por G1 Campinas e Região

Medida tem como objetivo conter a pandemia e começou a valer às 0h01 desta terça-feira (2) - Foto: Reprodução/EPTV

A Prefeitura de Mogi Guaçu (SP) mobilizou uma força-tarefa para fiscalizar possíveis infrações à restrição de circulação estabelecida no município a partir de 0h01 desta terça-feira (2). A medida, definida como um lockdown pela administração, tem como objetivo tentar reduzir os indicadores da Covid-19 na cidade. Veja, abaixo, o que pode funcionar segundo o decreto.

Segundo a prefeitura, todo o efetivo da Vigilância Sanitária, da Guarda Municipal e da Polícia Militar estará em atuação a fim de garantir o cumprimento do decreto, sem interferir nas demais ocorrências do dia a dia. O número de profissionais trabalhando, contudo, não foi informado.

Apesar de não haver programação de barreiras sanitárias, a prefeitura realizará blitz em pontos específicos para monitorar possíveis movimentações. Além disso, estão programadas operações especiais em horários propícios ao descumprimento, como à noite e aos finais de semana.

Em caso de fiscalização, o morador deve apresentar um documento de identidade e comprovação de que saiu de casa sob as circunstâncias previstas pelo decreto. No caso de pessoas que trabalham fora de Mogi Guaçu, é preciso apresentar um dos seguintes documentos: carteira de trabalho, holerite ou crachá da empresa.

Recuo

Com hospitais lotados, a cidade havia decretado, na sexta-feira (26), a proibição de abertura das atividades econômicas, inclusive supermercados, que só poderiam funcionar com delivery. O município foi o primeiro a adotar estas regras em tempo integral na região de Campinas.

Na segunda-feira (1º), após filas em comércios e serviços e protestos de moradores contrários à

medida, a prefeitura recuou e flexibilizou as regras da restrição. Agora, os supermercados têm aval para atendimento presencial, desde que cumpridas uma série de exigências. Além disso, haverá funcionamento limitado do delivery por restaurantes e lanchonetes.

A administração também decidiu, após reunião entre representantes dela e do Departamento Regional de Saúde de São João da Boa Vista (DRS XIV), autorizar abertura de bancos e agências dos Correios.

Após recuo, supermercados tiveram atendimento presencial liberado - Foto: Reprodução/EPTV

O que pode funcionar?

Supermercados, mercados, açougues, padarias e hortifrúteis podem funcionar das 6h às 19h, com limite de público em 40% e liberação de uma pessoa por família. Menores de 12 anos não podem entrar nos estabelecimentos, enquanto pessoas com deficiência têm direito a um acompanhante; Restaurantes, lanchonetes e pizzarias podem trabalhar com entrega a domicílio duas vezes ao dia: no período de almoço, das 11h às 14h; e no de jantar, das 19h às 22h; Funcionam normalmente: hospitais, postos de saúde, clínicas médicas de todas as especialidades (incluindo fisioterapia e odontologia), clínicas veterinárias, laboratórios, farmácias, agências bancárias, lotéricas, agências do **INSS**, agências dos correios, cartórios, postos de gasolina, atendimento domiciliar na área de saúde (incluindo cuidadores de idosos), atividade agrícola e de escoamento, de segurança privada e de transporte individual de passageiros (taxistas e motoristas de aplicativos). Agência do Poupatempo: até 30% da capacidade de atendimento. Transporte público: até 30% da lotação máxima dos veículos. Oficinas mecânicas: portas fechadas e atendimento exclusivo a emergências. Indústrias: funcionamento permitido somente caso a paralisação implique em danos de maquinário, equipamentos ou insumos perecíveis. Hotéis: limitados a 40% da ocupação máxima. Escolas e atividades religiosas: somente com transmissão online, não presencial. Funcionam somente com entrega a domicílio: agropecuárias e fornecimento de gás.

VÍDEOS: últimas notícias da região de Campinas

Veja mais notícias da região no G1 Campinas.

Site: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/03/02/covid-19-mogi-guacu-prepara-forca-tarefa-para-fiscalizar-restricao-de-circulacao-a-partir-desta-terca.ghtml>

Tudo ou nada para aprovar o auxílio



» **Jorge Vasconcellos**» **Israel Medeiros**

Em fase de aproximação, o Planalto e o Congresso pretendem aprovar, esta semana, o auxílio emergencial de R\$ 250. A situação gravíssima da pandemia, com diversos governadores obrigados a decretar lockdown, pressionou a cúpula dos poderes Executivo e Legislativo a avançar nas negociações para aprovar a medida que deve ajudar os brasileiros mais vulneráveis. A renovação do auxílio emergencial foi tratada diretamente pelo presidente Jair Bolsonaro o senador Rodrigo Pacheco e o deputado Arthur Lira, respectivos presidentes do Senado e da Câmara. Os três se reuniram na noite de domingo, no Palácio da Alvorada, para definir os termos do novo benefício.

A retomada do auxílio depende da aprovação da PEC Emergencial, que enfrenta resistências no Senado. Um dos pontos nevrálgicos está nas contrapartidas fiscais para o gasto adicional com o novo auxílio. Há quem defenda que o pagamento do benefício independe de questões fiscais, pois se trata de uma medida emergencial. Não faltam pressões de parlamentares contra a vinculação dessas despesas a contrapartidas orçamentárias - como o fim das deduções para despesas com educação e saúde no Imposto de Renda (leia mais na matéria ao lado).

A aprovação do novo auxílio constitui, portanto, um jogo de forças entre os interesses do Planalto, os compromissos da equipe econômica e a disposição política dos congressistas. O andamento dessas negociações será a resposta do poder público ao drama vivenciado pela sociedade brasileira, que enfrenta há meses uma severa crise sanitária e econômica.

Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), comentou o encontro ocorrido na véspera no Alvorada. O deputado informou nas redes sociais que o auxílio emergencial deverá ter o valor de R\$ 250, com quatro parcelas pagas de março a junho. Falou também da

intenção do governo em reforçar a aquisição de imunizantes, embora sem fornecer detalhes. "Agora na TV Record, anunciei que o governo vai entregar 140 milhões de vacinas para os meses de março, abril e maio. O assunto foi tratado ontem (domingo) na reunião com o presidente Bolsonaro. Também ficou acertado o auxílio emergencial, que deve ser de R\$ 250 até junho", escreveu, sem, no entanto, detalhar de onde viriam os imunizantes.

Lira disse que deve ser criado, durante o período do pagamento do auxílio emergencial, um programa permanente de renda que permita atender os que recebem o Bolsa Família e também novos beneficiários. "A previsão é de que (o valor do auxílio) seja de R\$ 250 por quatro meses, pagando em março, abril, maio e junho. Também com previsão de que, nesse período, tenhamos condições para criar um programa permanente, como Bolsa Verde-Amarela, Cidadã ou outro nome. Com possibilidade, dependendo das perspectivas, de um valor um pouco maior para atender também o Bolsa-Família e os novos incluídos", disse o presidente da Câmara.

Governadores

Hoje Arthur Lira se reúne, em almoço na sua residência oficial, em Brasília, com governadores para discutir medidas de combate à covid-19. O encontro ocorrerá no momento mais crítico da pandemia no Brasil, com recordes na média móvel de mortes e escassez de leitos de UTI em diversos estados e no Distrito Federal. Nos últimos dias, vários governadores reforçaram as medidas de isolamento social, encabeçadas pelo fechamento do comércio, para conter o avanço da doença.

Pressão para fatiar PEC Emergencial

A principal dificuldade do governo para destravar o auxílio emergencial está no Senado, onde a maioria dos partidos pressiona para que os pontos da PEC Emergencial que tratam do benefício sejam discutidos separadamente das contrapartidas fiscais.

Por causa dessa pressão, a votação da matéria foi adiada para esta semana. Hoje, o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), deve fazer a leitura do seu parecer. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pretende votar a PEC, em dois turnos, na quarta-feira, para depois encaminhá-la para a Câmara.

Na semana passada, o relator concordou em retirar do

parecer a proposta de acabar com os pisos constitucionais para gastos com saúde e educação, após uma avalanche de críticas. Mas os partidos ainda fazem pressão pela retirada de outras contrapartidas fiscais, como congelamento de salários dos **servidores públicos**, o corte nos repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o fim da dedução de gastos com saúde e educação no Imposto de Renda.

Para tentar preservar as deduções do IR, o líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (PSDB-DF), apresentou uma emenda ao parecer do relator da PEC. Ele ressalta, na emenda, que, no caso dos gastos com educação, se as deduções acabarem, pelo menos 7 milhões de famílias das classes C, D e E serão prejudicadas. Elas representam mais de 80% dos beneficiários das isenções.

A equipe econômica do governo tem resistido ao fatiamento da PEC, por considerar que a não aprovação de medidas para controlar os gastos públicos seria uma má sinalização para o mercado, com consequente queda de investimentos. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também tem defendido a discussão unificada da PEC.

Um estudo elaborado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado, porém, concluiu que a discussão relacionada ao auxílio emergencial é paralela à de outros pontos da PEC.

"O dispositivo que trata do auxílio emergencial não tem qualquer conexão com os outros comandos contidos na PEC, de modo que pode ser aprovado de maneira autônoma. Ademais, mesmo que o texto proposto para a PEC Emergencial seja inteiramente aprovado, não há previsão de compensação direta ao aumento de gasto decorrente do auxílio. A opção foi excluir o auxílio da apuração das regras fiscais, inclusive do teto de gastos. Em troca, pretende-se aprovar um conjunto de medidas para a Federação, mas com impactos diluídos no tempo", afirmam Josué Pellegrini, Felipe Salto e Daniel Couri. (JV e IM)

Estados prorrogam programas próprios de auxílio emergencial

Katna Baran, João Valadares, Monica Prestes, Fernanda Canofre, Diego Garcia e Eduardo Cucolo

Em meio à pandemia, mais de dez estados criaram programas de auxílio emergencial complementares ao oferecido pelo governo federal. Os benefícios atingiram públicos distintos, de gestante e **servidores públicos** a membros de cooperativa de recicláveis.

Dos que criaram auxílios, sete estados -Acre, Rondônia, Pará, Amapá, Amazonas, São Paulo e Alagoas- decidiram prorrogar a medida, implementada no início da pandemia, ou criaram novos auxílios neste ano.

Enquanto isso, o programa implementado pelo governo federal foi encerrado em dezembro e, embora o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tenha anunciado a volta dos pagamentos a partir de março, os Poderes Executivo e Legislativo ainda negociam um pacote de cortes de gastos para viabilizar a volta do benefício.

Além das transferências de renda, outros governadores preferiram ampliar vale-alimentação, vale-gás e editais para setor artístico.

Entre os maiores valores, o Acre criou um auxílio de R\$ 420 mensais, chamado de Auxílio Temporário de Emergência em Saúde, para servidores da saúde e da segurança pública. O benefício atendeu 3.534 funcionários da saúde e 4.762 da área da segurança do estado entre maio e dezembro de 2020. No fim do ano, foi prorrogado por mais seis meses.

Roraima e Rondônia criaram auxílios de R\$ 200 mensais. O Cesta da Família atendeu 10 mil pessoas em Roraima, entre dezembro e março deste ano. Não há informação sobre a possibilidade de o benefício ser prorrogado.

Já o Amparo contemplou 28 mil famílias entre julho e dezembro em Rondônia. Após um mês de interrupção, o benefício foi prorrogado até junho deste ano.

O Amapá criou um auxílio, de R\$ 120 mensais, chamado Cartão Renda Cidadã Emergencial. A meta é atender 31 mil pessoas entre os meses de março de 2020, quando começou a ser pago, até o fim da pandemia.

O governo Romeu Zema (Novo) criou o Renda Minas, em parceria com a Caixa Econômica Federal, para complementar o auxílio do governo federal. Uma família com três pessoas cadastradas no CadÚnico poderia receber até três parcelas de R\$ 70.

Os pagamentos começaram em 13 de novembro de 2020 e foram encerrados em dezembro, sem prorrogação. De acordo com o governo do estado, mais de 960 mil famílias foram atendidas, cerca de 2,5 milhões de pessoas beneficiadas.

No Pará, o auxílio de R\$ 100, cota única, foi criado dentro do Programa Renda Pará, que atendeu 909 mil famílias em dezembro de 2020.

Outro auxílio, o Bora Belém, de até R\$ 450 mensais por família residente na capital paraense, é realizado em parceria com a Prefeitura de Belém.

Lançado em janeiro deste ano, o benefício deve atender 22 mil famílias em situação de vulnerabilidade social de Belém por até um ano, a partir de março de 2021.

Em Alagoas, durante a pandemia, foi criado um programa permanente de transferência de renda para gestantes, famílias pobres e extremamente pobres com crianças na primeira infância (até os seis anos), no valor de R\$ 100 mensais.

Lançado no início de fevereiro, o Cartão Criança Alagoana começou a ser pago no dia 15 para 12 mil famílias. Até dezembro, a meta é chegar a 180 mil famílias.

O governo do Maranhão lançou auxílio emergencial de R\$ 400 para catadores autônomos, integrantes de cooperativas, associações e afins, que está na fase de edital.

Também foram criadas medidas para amenizar impacto da pandemia do novo coronavírus como compra de diárias e refeições antecipadas no setor hoteleiro e de apresentações de artistas.

No Paraná, o auxílio de R\$ 50 mensais, até o limite de R\$200 por família, foi criado por meio do Feeop (Fundo Estadual da Pobreza), com destinação de R\$

300 milhões. A medida atendeu 300 mil famílias entre os meses de março e agosto e não foi prorrogada.

O Amazonas passou a oferecer R\$ 200 mensais no chamado Cartão Social Auxílio Estadual. A meta é atender 100 mil famílias entre os meses de fevereiro e abril de 2021.

O Rio de Janeiro não teve auxílio emergencial local em 2020, mas, na terça-feira (23), a Assembléia Legislativa do estado aprovou um benefício com validade até o fim do ano, o programa Supera Rio, que inclui também uma linha de crédito de até R\$ 50 mil para microempreendedores e autônomos. O programa prevê auxílio mensal de R\$ 200, mais R\$ 50 por filho, limitado a R\$ 300 no total.

A lei, de autoria original do presidente da Casa, André Ceciliano (PT), ainda depende da sanção do governador Cláudio Castro (PSC).

O governo do Rio diz que o objetivo é começar a pagar o auxílio estadual em abril, com recursos de fundos do estado, mas, para isso, é necessária a aprovação da proposta para desvinculação dos fundos que está na Assembléia.

Ele será pago a pessoas com renda mensal igual ou inferior a R\$ 178 e não pode ser acumulado com auxílios municipais ou federais ou outros programas governamentais.

Cerca de 32% da população fluminense, ou 5,5 milhões de pessoas, recorreram ao auxílio emergencial federal.

Durante a pandemia, o estado ainda contou com recursos da lei Aldir Blanc, sancionada pelo governo federal para ajudar profissionais do setor artístico.

Segundo dados do governo do Rio, o estado repassou R\$ 104,7 milhões, sendo R\$ 5,1 milhões em renda emergencial da Cultura. Foram pagos 1.699 profissionais e outros 2.369 projetos.

O governo de São Paulo anunciou no dia 22 uma proposta de reformulação do pro-

grama Frente de Trabalho, com o aumento do valor da bolsa de R\$ 330 para R\$ 450 em até cinco parcelas, a partir de 1º de maio. Serão oferecidas 70 mil bolsas-auxílio e qualificação online para a população desempregada do estado.

Em 2020, no antigo formato, foram ofertadas 10.520 vagas no Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado.

A ampliação faz parte de um conjunto de iniciativas de auxílio que têm como contrapartida a qualificação profissional dos inscritos.

Outra iniciativa apresentada pelo governo foi a abertura de 30 mil vagas até o final do ano para o Bolsa-Auxílio do programa Via Rápida. Os estudantes que se inscreverem nos cursos de qualificação receberão uma bolsa única de R\$ 210 como ajuda de custo no transporte e alimentação.

Já governos de três dos estados mais populosos do Nordeste preferiram estender auxílio alimentação ou gás já existentes ou reforçar editais do meio artístico.

Pernambuco criou apenas uma espécie de auxílio emergencial por meio de edital para atender 450 artistas e agremiações carnavalescas do estado. O valor total investido é de R\$ 3 milhões.

Bahia concedeu um vale-alimentação estudantil no valor de R\$ 55 pago em quatro parcelas. O benefício foi ofertado aos 776.458 estudantes da rede pública estadual em 2020. O total investido foi R\$ 176 milhões.

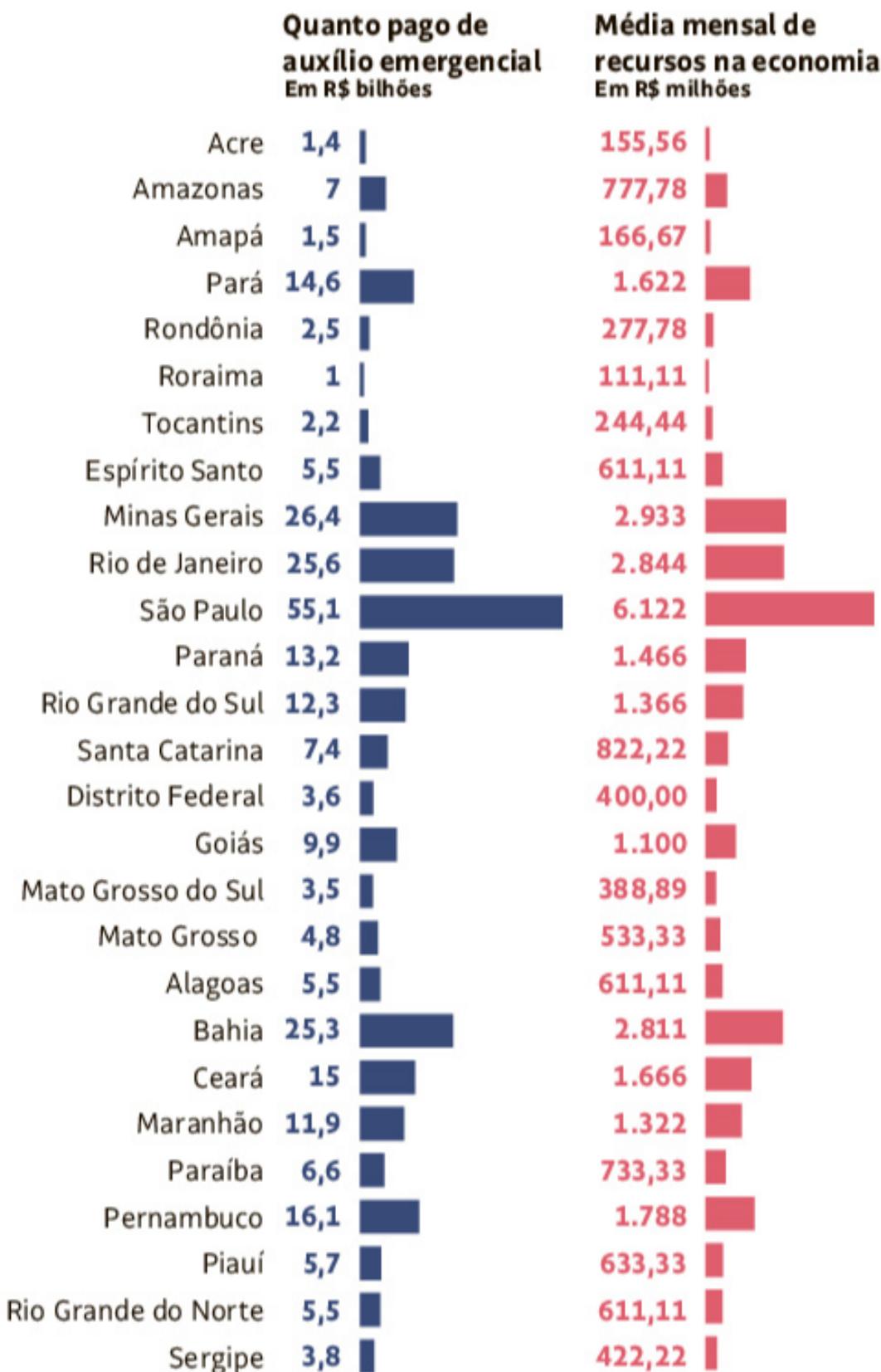
O governo do Ceará antecipou no ano passado os pagamentos do Cartão Mais Infância, benefício social concedido a famílias em vulnerabilidade com crianças entre 0 e 5 anos, do fim do mês para a primeira quinzena.

Houve também auxílio financeiro para os profissionais do setor de eventos no valor de R\$ 1.000 em duas parcelas de R\$ 500, parcelamento das dívidas de ICMS em até 60 meses e isenção de IPVA2021 para veículos registrados em nome de empresas de eventos. Foi concedido vale-gás social a 246 mil famílias e pagamento da conta de energia e água de outras 377 mil.

A expectativa é que o auxílio emergencial do governo federal volte a ser pago ainda neste mês, em quatro parcelas -Bolsonaro citou o valor de R\$ 250.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Veja quanto cada estado recebeu com o auxílio emergencial



Fontes: Pnad Contínua, Pnad Covid, Caixa Econômica Federal e Caged



Programa em vigor nos estados

ACRE

Auxílio Temporário de Emergência em Saúde, para servidores da saúde e da segurança pública

Valor: R\$ 420

AMAZONAS

Cartão Social Auxílio Estadual

Valor: R\$ 200

AMAPÁ

Cartão Renda Cidadã Emergencial

Valor: R\$ 120

ALAGOAS

Programa permanente de transferência de renda para gestantes, famílias pobres e extremamente pobres com crianças na primeira infância (até seis anos)

Valor: R\$ 100

PARÁ

Realizado em parceria com a Prefeitura de Belém, para famílias em situação de vulnerabilidade social

Valor: R\$ 450

RONDÔNIA

AmpaRO

Valor: R\$ 200

SÃO PAULO

Bolsa-auxílio e qualificação online para a população desempregada do estado e Bolsa-Auxílio do programa Via Rápida (para estudantes que se inscreverem nos cursos de qualificação)

Valor: R\$ 210 a R\$ 450

PEC que autoriza auxílio pode deixar ajuste de gastos para 2025

Daniel Weterman / BRASÍLIA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial que tramita no Senado, formulada para destravar o auxílio emergencial, pode fazer com o que o governo federal acione gatilhos para contenção de despesas apenas em 2025 e abre brecha para gastos fora do teto ainda neste ano, na avaliação de diferentes técnicos e consultores do Congresso Nacional.

A votação está prevista para amanhã mas ainda não há acordo entre líderes partidários sobre o texto. O teto de gastos é a regra constitucional que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**.

A aprovação da PEC, que enfrenta resistência no Congresso, é uma condição da equipe econômica para lançar uma nova rodada do auxílio. A ideia, já defendida pelo presidente Jair Bolsonaro, é que sejam pagas quatro parcelas de R\$ 250.

O parecer do senador Márcio Bittar (MDB-AC) prevê o acionamento automático de gatilhos, como congelamento de salários de **servidores públicos** e proibição de novos subsídios, quando a despesa obrigatória superar 95% do total na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, isso só vai ocorrer em 2025, o que coloca a contenção de despesas em um cenário ainda longínquo para Bolsonaro.

Os gatilhos são apontados pelo Ministério da Economia como condição para aprovar uma nova rodada do auxílio emergencial.

O tempo que o Executivo levaria para acioná-los, no entanto, compromete a argumentação, pois o governo estaria liberado a conceder reajustes no ano que vem.

"O fundamental é ter claro que o percentual de 95%, muito provavelmente, de acordo com nossos cálculos, só seria ultrapassado em 2025. Ou seja, falta o governo explicar o porquê desse percentual, se a ideia era acionar os gatilhos de imediato", afirma o diretor executivo da IFI, Felipe Salto.

Há uma alternativa na PEC para o governo acionar os gatilhos e congelar salários no ano que vem. Em 2021,

essas despesas já estão com crescimento travado. O parecer dá aval para contenção dos gastos com o funcionalismo se um novo estado de calamidade pública for decretado.

Caberia exclusivamente ao presidente da República solicitar e ao Congresso aprovar.

Nesse caso, o congelamento seria feito por dois anos após o fim do decreto.

Além do critério de 95% das despesas, os gatilhos podem ser acionados em um novo estado de calamidade pública, que deve ser proposto pelo Executivo e aprovado pelo Congresso. Para a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, um novo decreto daria amparo para o governo pagar um novo auxílio, pois sustentaria a abertura de um crédito extraordinário no Orçamento, fora do teto de gastos, e ao mesmo tempo permitiria a contenção de despesas com o funcionalismo. A calamidade, por outro lado, liberaria outros gastos, como financiamento a empresas e repasses a Estados e municípios, sem uma série de limitações fiscais.

"Esse dispositivo afasta e dispensa o cumprimento de diversas condições, destacando-se o atingimento de resultados fiscais e aquelas relacionadas à exigência de compensação na geração de novas despesas para seu enfrentamento. Ademais, ampara o argumento da necessidade de abertura de crédito extraordinário", diz nota assinada pelos consultores Eugênio Greggianin e Ricardo Volpe ao avaliar a possibilidade de um decreto de calamidade.

I Só em 2025

"O fundamental é ter claro que o percentual de 95%, muito provavelmente só seria ultrapassado em 2025." Felipe Salto DIRETOR EXECUTIVO DA IFI

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo quer elevar tributo de banco para compensar desoneração do diesel



Movimento em posto no Rio; gasolina sobe mais 4,8% nesta terça (2) na refinaria, e o diesel, 5% Kevin David/A7 Press/Agência O Globo

Thiago Resende, Bernardo Caram, Ricardo Delia Coletta, Júlia Moura

Para compensar a isenção de **impostos** federais sobre diesel, prometida pelo presidente Jair Bolsonaro, o governo deve propor um aumento de tributação sobre bancos.

Atualmente, as instituições financeiras pagam 20% de alíquota de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). A ideia da equipe econômica é elevar essa alíquota para equilibrar a queda na arrecadação por causa do corte de encargos sobre diesel.

Além do aumento da cobrança para os bancos, o governo deve apresentar outras medidas para compensar a queda de receita ao zerar o PIS e Cofins sobre o óleo diesel. Estava na mesa de negociação a redução de incentivos do setor petroquímico e de carros adaptados para pessoas com deficiência.

Nesta segunda-feira (1º), Bolsonaro disse que deve publicar nesta terça (2) decreto para zerar os **impostos** federais do gás de cozinha e o PIS e a Cofins do diesel pelo período de dois meses.

"Tem que aumentar imposto de outro lugar, isso diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, que duvido que alguém consiga alterar, a não ser numa **reforma tributária** que está para acontecer" declarou o presidente, em conversa com apoiadores ao chegar ao Palácio da Alvorada.

A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina que a perda de arrecadação com o corte de **tributos** seja acompanhada de medidas de compensação, como elevação ou criação de outro imposto.

Bolsonaro já havia criticado esse dispositivo em outras ocasiões. Em fevereiro, ele disse que não consegue reduzir **impostos** porque a LRF obriga o governo a apresentar uma compensação.

"Quero ver se, no caso que nós vivemos, já que muita gente fala que, situação crítica que vivemos, em parte eu considero, se eu posso reduzir, por exemplo, o PIS/Cofins no combustível e sem a compensação."

O ministro Paulo Guedes (Economia) é defensor da LRF e tem se posicionado contra medidas que flexibilizem regras fiscais, sob o argumento de que seriam malvistas pelo mercado, gerando risco de elevação de juros e **inflação**.

A desoneração do diesel e do gás de cozinha, que havia sido antecipada pelo presidente há duas semanas, foi uma reação às críticas de caminhoneiros sobre o aumento no preço dos combustíveis.

A categoria vem fazendo pressão sobre o governo e ameaça entrar em greve, o que traria forte impacto à economia. Até o momento, no entanto, o movimento não avançou e não houve paralisação nacional.

O pacote de medidas deve gerar uma perda de arrecadação superior a R\$ 3 bilhões em 2021, segundo estimativas do Ministério da Economia.

A desoneração foi anunciada sem que o Ministério da Economia tivesse encontrado uma forma de compensar o impacto fiscal da proposta.

Pessoas próximas a Guedes afirmam que, pouco antes de anunciar a isenção dos **tributos**, Bolsonaro determinou que a equipe econômica formulasse a medida, afirmando que a pasta deveria encontrar uma forma de viabilizar a proposta.

A CSLL subiu, no início de 2020, de 15% para 20% após aval do Congresso em medida inserida na reforma da Previdência. Na época, a estimativa apresentada pelo Ministério da Economia era que um aumento de cinco pontos percentuais na cobrança representaria um acréscimo de cerca de R\$ 1,7 bilhão por ano.

Apesar de não ter relação direta com a reformulação

das regras de aposentadoria e pensões, a alta no encargo do setor financeiro foi proposta pelo relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). A medida teve amplo apoio na Câmara e no Senado, que aprovou a PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma.

No entanto, não é necessário apresentar uma PEC para elevar a CSLL para bancos. Basta maioria simples de cada Casa.

Após a divulgação das informações de que a tributação sobre instituições financeiras pode ser elevada, as ações de bancos na Bolsa de São Paulo registraram queda. Os papéis do Itaú recuaram 2,97%. Os preferenciais (mais negociadas) do Bradesco cederam 3,30%. Banco do Brasil caiu 0,67%, e Santander, 1,17%.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) informou que desconhece qualquer iniciativa de aumento da CSLL. O órgão apresentou nota na qual afirma que os bancos já pagam uma alíquota maior do tributo do que outros setores.

"Os bancos são tributados em 20%, enquanto as demais instituições financeiras, em 15%, e todos os outros setores da economia pagam 9%. A alíquota sobre a renda dos bancos é a maior do mundo (45%), considerando os chamados **tributos** corporativos, quando se soma a alíquota de 20% da CSLL aos 25% de Imposto de Renda (IRPJ), o que afeta diretamente a competitividade do setor e leva a concentração, pois afasta possíveis entrantes", disse a instituição.

O anúncio da isenção do tributo sobre combustíveis gerou desconforto na área técnica do Ministério da Economia. O principal argumento é que esse será mais um baque no Orçamento em um momento em que o governo se esforça para encontrar fontes de financiamento para bancar uma nova rodada do auxílio.

Petrobras eleva mais uma vez o preço dos combustíveis

A Petrobras vai elevar os preços da gasolina e do diesel a partir desta terça (2).

Como reajuste, o preço médio de venda da gasolina passará a ser de R\$ 2,60 por litro, alta de R\$ 0,12 (ou 4,8%), enquanto o diesel passará a média de R\$ 2,71 por litro, aumento de R\$ 0,13 (5%).

Após esse movimento, os valores do diesel, combustível mais utilizado do Brasil, passarão a acumular alta de cerca de 34% em 2021 nas refinarias da estatal, que domina o mercado de refino no Brasil, enquanto a gasolina somará elevação de 41,5% neste

ano.

A petroleira defendeu em nota que os reajustes visam seguir a chamada "paridade de importação", que leva em conta as variações do dólar e do barril de petróleo nos mercados internacionais.

O novo reajuste segue-se a um aumento de 15% no diesel e de 10% da gasolina anunciado em 18 de fevereiro, que gerou críticas de Jair Bolsonaro e acabou levando à indicação, logo no dia seguinte, de um novo presidente para a Petrobras, o general reformado Joaquim Silva e Luna. Ele assume o comando da companhia a partir do dia 20, após o final do mandato do atual presidente, Roberto Castello Branco.

Nesta segunda, em encontro com apoiadores, Bolsonaro comentou, em tom de ironia, o novo reajuste dos combustíveis. "Gostaram do novo aumento da gasolina amanhã? "

O presidente afirmou que Castello Branco só deixará a empresa após o dia 20 e negou interferência na petroleira.

Não quer dizer que o outro [Silva e Luna] vá interferir [nos preços], para evitar o pessoal do mercado falar um montão de besteira. Mas tem como atacar outras áreas, fraudes, batismo, preço abusivo para diminuir o preço", disse. "Porque [nos] dois anos que ele [Castello Branco] esteve lá nada disso foi levado em conta."

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

34%

é a alta acumulada do diesel, nas refinarias, neste ano, já considerando o reajuste que entra em vigor nesta terça (2)

41,5%

é o aumento da gasolina em 2021

Contribuição de banco sobe

O governo aumentou a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos para compensar a desoneração do diesel e do gás de cozinha. Em **comunicado** distribuído ontem à noite, a Secretaria-Geral da Presidência informou que o presidente editou decreto para zerar as alíquotas de PIS/Cofins que incidam sobre o óleo diesel e o gás de cozinha. A isenção sobre o óleo diesel vale em março e abril, e sobre o gás de cozinha (botijões de até 13kg) não tem prazo.

O aumento da tributação sobre os bancos é uma das medidas que o presidente Jair Bolsonaro tomou para compensar a perda na arrecadação com a isenção dos **impostos** federais sobre os combustíveis, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). As outras duas medidas são limitar isenção do IPI para pessoas com deficiência física comprarem carros acima de R\$ 70 mil e retirar benefício tributário para a indústria petroquímica, o Reiq.

A nova regra para compras de carros para pessoas com deficiência entra em vigor imediatamente. O fim do programa para a indústria petroquímica e a nova alíquota da CSLL para os bancos passam a valer a partir de 1º de julho de 2021. O texto da Secretaria-Geral da Presidência não detalha qual a nova alíquota da CSLL, mas fontes calculam que deve aumentar de 20% para 25% até o fim do ano.

Ao todo, a isenção dos **tributos** federais sobre combustíveis tem custo total de R\$ 3,65 bilhões, segundo o governo. A compensação foi feita por medida provisória (MP), que tem força de lei assim que publicada no Diário Oficial da União, embora dependa da aprovação do Congresso para se tornar lei em definitivo.

Em 2019, o governo incluiu em sua proposta de reforma da Previdência a elevação da alíquota da CSLL paga pelos bancos de 15% para 20%. Essa medida foi aprovada pelo Congresso em novembro daquele ano e passou a valer em 1º de março de 2020. Com o adicional de 5%, o governo esperava incrementar sua arrecadação em R\$ 1,7 bilhão em 2021.

Antes da confirmação oficial pela Secretaria-Geral da Presidência, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que desconhecia qualquer iniciativa de aumento de imposto. Procurada para comentar o risco de alta de carga tributária, reafirmou a defesa a **reforma tributária** como necessária para

colocar ordem e simplificar um sistema com muitas distorções.

A avaliação de economistas do mercado financeiro é de que a elevação da tributação deverá ter impacto imediato no custo do crédito e do spread bancário. Ou seja, o alívio que o governo daria no preço do combustível e do gás de cozinha, poderia ser anulado com o aumento do custo do crédito.

Empresários pressionam por reformas e sugerem tributária simplificada

**FERNANDA TRISOTTO, HENRIQUE GOMES BATISTA
EIOÃO SORIMA NETO**

Sem data prevista para a apresentação do relatório da **reforma tributária** no Congresso, um grupo de empresários passou a apoiar uma proposta simplificada da medida, em mais um movimento para pressionar pela aprovação da mudança no sistema de **impostos**. Em manifesto que deve ser entregue ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o Brasil 200 vai defender o chamado Simplifica Já, que cria ICMS e ISS nacionais, sem unificar esses **tributos**, e prevê a desoneração parcial da folha.

O texto não é novo e chegou a ser protocolado como substitutivo às propostas de emenda à Constituição (PEC) sobre **reforma tributária** que tramitam no Congresso. Mas agora ganhou o apoio pelo manifesto assinado por 118 entidades de setores distintos. O grupo deve vir a Brasília ainda este mês, em comitiva, para falar com parlamentares sobre o projeto.

Além da alternativa à reforma, o grupo aposta em outra iniciativa: a criação da frente parlamentar da desoneração da folha de pagamento. Do lado dos empresários, o pontapé para a criação da frente partiu da Confederação Nacional de Serviços (CNS), que defende a desoneração total da folha de pagamento, com a criação de um imposto sobre movimentações financeiras, nos moldes da CPMF, para servir de compensação.

A movimentação ocorre em um momento em que a reforma está atrasada. No início de fevereiro, Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciaram a tramitação da **reforma tributária** como uma prioridade de suas gestões. Em entrevista ao GLOBO publicada há duas semanas, Lira chegou a prever que a leitura do relatório ocorreria na semana passada, entre os dias 25 e 28 de fevereiro, o que não aconteceu.

ADMINISTRATIVA "ABREVIADA"

Ontem, em reunião com empresários paulistas, Pacheco e Lira voltaram a prometer a aprovação da reforma administrativa no primeiro semestre e da tributária ainda em 2021. No evento misto -parte presencial, parte em videoconferência - promovido

pelo movimento Diálogo pelo Brasil, que congrega os 50 maiores grupos privados brasileiros de vários setores da economia e capitaneado pela Fiesp, as reformas foram o principal assunto.

Perguntado se a reforma administrativa pode ser votada ainda no primeiro semestre, Pacheco respondeu que há uma possibilidade de a reforma "ser abreviada" nas duas casas legislativas, mas que enfrentará debates, já que é muito importante.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Números e valores para o TSE vigiar - BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

JOE RAEDLE/GETTY IMAGES/AFP



INSTAGRAM/DIVULGAÇÃO



BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

Apropriação indébita na política nacional. "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito. "Artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

"Adotando o padrão de comportamento do presidente da República, caberia aos estados esclarecer a população que o total dos **impostos** federais pagos pelos cidadãos e pelas empresas de todos estados,

em 2020, somou R\$ 1,479 trilhão. Se os valores totais, conforme postado domingo, somam R\$ 837,4 bilhões, pergunta-se: onde foram parar os outros R\$ 642 bilhões que cidadãos de cada cidade e cada estado brasileiro pagaram à União em 2020?".

"Nesse sentido, a postagem hoje - leia-se ontem - veiculada nas redes sociais da União e do presidente da República contabiliza majoritariamente os valores pertencentes por obrigação constitucional aos estados e municípios, como os relativos ao FPE, FPM, Fundeb, SUS, royalties, tratando-os como uma concessão política do atual governo federal".

Para que fique claro, melhor registrar a declaração do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido): "Desculpa aí, eu não vou falar de mim. Mas eu não errei nenhuma desde março do ano passado. Acertei demais no ano passado e não precisa ser inteligente para entender isso. Tem que ter o mínimo de caráter".

E teve mais: "Agora, só quem não tem caráter é que joga ao contrário. Tudo o que eu falo... O negócio do spray. Quando chegar no Brasil, deve, está tudo encaminhando para chegar, vão também demonizar os pray. Pode ter certeza disso".

O certo é que, ontem, terminou o prazo para que qualquer partido ou coligação possa ajuizar representações pedindo a abertura de investigação judicial para apurar condutas irregulares relativas à arrecadação e gastos de recursos de campanha eleitoral. A representação deve relatar fatos e indicar provas.

A medida está prevista no artigo 30 da Lei das Eleições. E ele deixa claro que, caso seja comprovada a arrecadação ou os gastos ilícitos de recursos eleitorais, a Justiça Eleitoral não concederá o diploma ao candidato eleito ou o cassará se já houver sido outorgado.

Antes de encerrar, vale o registro: desde ontem, advogados, delegados de partidos e interessados podem requerer elaboração de certidões judiciais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela internet. A solicitação do serviço está disponível e pode ser feita por meio de formulário à disposição no Portal do TSE.

Falta de decoro

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados tem reunião marcada para hoje, às 14h. O que importa de fato é que, entre os itens da pauta, estão representações por quebra de decoro contra o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) e a deputada Flordelis (PSD-RJ). Daniel Silveira é acusado de ameaçar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e exaltar o AI-5, o ato mais sangrento da ditadura militar, aquele que teve coragem de cassar até juizes e uma coleção de parlamentares. Daniel teve a prisão decretada pelo STF e foi mantida pelo plenário da Câmara Federal.

Lei eleitoral

Já que estamos na seara do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o seu presidente, ministro Luís Roberto Barroso, recebeu ontem o comandante da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). O tema do encontro, informado pela assessoria do TSE, foi para tratar de uma proposta de reforma eleitoral. Os deputados Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR) e Margarete Coelho (PP-PI) também estiveram presentes. Faz sentido. Afinal, são o presidente e a relatora que comandam um grupo de trabalho para tratar especificamente de propor mudanças nas leis eleitorais.

Dobradinha

A operação de financiamento será na modalidade mista, ou seja, R\$ 120 milhões serão repassados pelo BNDES ao cliente final, e os R\$ 60 milhões restantes serão liberados por um agente financeiro credenciado, que, no caso, é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Caberá à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) cuidar dos serviços ligados ao atendimento médico à população, que serão prestados, em sua totalidade, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O que vai permitir a construção ou reconstrução de 40 unidades básicas de saúde na capital mineira.

Criminalidade

E deve crescer, já que o projeto de lei altera o Código Penal para punir os funcionários públicos fantasmas. A proposta estabelece pena de reclusão de 2 a 12 anos, e multa, para quem cometer o crime. Quem pretende fazer que isso torne crime é o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN). Ele próprio justifica:

"Recursos que seriam usados em favor da sociedade como um todo deveriam ser usados, por exemplo, na saúde, na educação ou na segurança pública, mas eles acabam beneficiando indevidamente pessoas apadrinhadas por agentes públicos e políticos".

O domingo

Do ex-presidente dos Estados Unidos (EUA) Donald Trump (foto), o republicano. "Todos nós sabíamos que a administração Biden seria ruim, mas não imaginávamos que seria tão ruim e tão esquerdista assim". Começou assim, assanhado. Só que teve mais: "Nós temos o Partido Republicano, que estará mais unido e forte do que nunca". Tudo isso para negar uma eventual criação de novo partido. O detalhe é que foi a primeira aparição depois de Trump deixar a Casa Branca. E desceu falatório em seu primeiro comício pós-presidencial.

PINGA FOGO

Ainda o TSE da nota Lei das Eleições: a promessa é dar mais transparência e segurança jurídica aos políticos sobre as penalidades previstas para cada conduta, evitando subjetividade e interpretações diversas. Faz todo o sentido, né?

Em tempo, sobre Donald Trump: o falatório do ex-presidente republicano tinha, como não poderia deixar de ser, um esforço para atrair aqueles que se reconhecem no discurso trumpista do Make America great again, aqueles trumpistas ainda fiéis.

"A gente tem um entulho no meio da sala, neste momento. E a gente tem de somar forças para tirar esse entulho do meio da rua ou do meio da sala. Quem declara é, ao lado da ex-ministra Marina Silva (Rede) e da ex-deputada Manuela D'Ávila (PCdoB), o

Ele participou ontem logo de manhã do painel virtual Davos Lab Brasil, iniciativa do Fórum Econômico Mundial, que é uma preparação para a edição deste ano do evento, que esta previsto para ocorrer em agosto.

O "vírus do autoritarismo ameaça o sistema eleitoral e a própria democracia". Quem alerta é o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin. E acrescentou: "Mas é ilegítimo um governo que passa a atuar contra a normalidade constitucional".

Site: <http://digital.em.com.br/>

Secretários pedem toque de recolher nacional das 20h às 6h e lockdown



Polícia acompanha fiscalização da Vigilância Sanitária estadual a bar na av. Pompéia na primeira noite do 'toque de restrição' em SP. Foto: Imagem 27/Nov/21/Imagem

Natália Cancian e Daniel Carvalho

Secretários estaduais de Saúde divulgaram uma carta nesta segunda-feira (1º) em que afirmam que o Brasil vive o "pior momento da crise sanitária" provocada pela Covid e pedem maior rigor em medidas para evitar um colapso em todo o país.

Entre as ações recomendadas, está a adoção de um toque de recolher nacional das 20h às 6h, suspensão das aulas presenciais e lockdown nas regiões "com ocupação de leitos acima de 85% e tendência de elevação de casos e mortes".

O documento é assinado pelo Conass, conselho que reúne os 27 gestores da área. No texto, endereçado à "população brasileira", o grupo cita a ausência de coordenação nacional como um dos fatores para a queda na adesão a medidas de isolamento e pede que haja um "pacto pela vida".

Em uma espécie de alerta, o rupo diz que o agravamento a epidemia em diversos estados "leva ao colapso de suas redes assistenciais públicas e privadas e ao risco iminente de se propagar a todas as regiões do Brasil".

"Infelizmente, a baixa cobertura vacinal e a lentidão na oferta de vacinas ainda não permitem que esse quadro possa ser revertido em curto prazo", apontam os gestores, que citam então uma lista de medidas para tentar evitar o colapso na rede de saúde.

Além do que chamam de "restrição em nível máximo das atividades não essenciais" em regiões com mais de 85% dos leitos ocupados, o que equivaleria a um lockdown, secretários recomendam que sejam vetados

eventos, congressos e atividades religiosas em todo o país, suspensas aulas presenciais e adota -do toque de recolher das 20h às 6h e fechados praias e bares, por exemplo.

O documento pede ainda que sejam "considerados o fechamento dos aeroportos e do transporte interestadual", além de adotadas medidas para reduzir a superlotação no transporte coletivo e ampliada a testagem de casos suspeitos.

Em um pedido indireto ao governo federal, os gestores sugerem também que haja reconhecimento da situação de emergência, que deixou de valer em dezembro de 2020, e viabilizados mais recursos ao SUS. Em outro trecho, recomendam medidas para aumentar a compra de vacinas e implementação de planos nacionais de comunicação, para reforço de medidas de prevenção, e de recuperação econômica, "com retomo imediato do auxílio emergencial".

"Entendemos que o conjunto de medidas propostas somente poderá ser executado pelos governadores e prefeitos se for estabelecido no Brasil um "Pacto Nacional pela Vida" que reúna todos os Poderes, a sociedade civil, representantes da indústria e do comércio, das grandes instituições religiosas e acadêmicas do país, mediante explícita autorização e determinação legislativa do Congresso Nacional."

Ainda no documento, o grupo diz que a "ausência de condução nacional unificada e coerente" dificultou a adoção de medidas para reduzir interações sociais, que aumentaram nos últimos meses.

"O relaxamento das medidas de proteção e a circulação de novas cepas do vírus propiciaram o agravamento da crise sanitária e social, esta última intensificada pela suspensão do auxílio emergencial", relatam.

Por sua vez, governadores de 16 estados divulgaram carta na manhã desta segunda-feira em resposta a publicações do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao longo do fim de semana que procuraram jogar para os estados a culpa pelo Brasil atravessar o pior momento da pandemia.

Assinam a carta inclusive aliados de Bolsonaro, como o governador interino do Rio, Cláudio Castro (PSC), e

os governadores do Paraná, Ratinho Junior (PSD), e de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM). O texto também é assinado pelos governadores de AL, AI, CE, ES, MA, PA, PB, PE, PI, RN, RS, SP e SE.

"Mais uma vez, o governo federal utiliza instrumentos de comunicação oficial, bancados por gastos públicos, para produzir informação distorcida, gerar interpretações equivocadas e atacar governos locais", diz a carta.

Eles fazem referência a publicações do presidente e de auxiliares, como o ministro das Comunicações, Fábio Faria, que no domingo (28) divulgaram valores que teriam sido repassados a cada estado em 2020, insinuando que os recursos não foram bem utilizados.

"A prioridade parece ser criar confrontos, construir imagens maniqueístas e minar ainda mais a cooperação federativa essencial aos interesses da população", seguem os governadores na carta.

No texto, os autores dizem que a Constituição estabelece receitas e obrigações a todos os entes federativos e que a postagem contabiliza majoritariamente valores que, por obrigação constitucional, pertencem a estados e municípios. Eles dizem que o governo Bolsonaro trata estes repasses como se fossem concessão política de sua gestão.

Os governadores afirmam que também são utilizados valores repassados para auxílio emergencial, suspensões de pagamentos de dívida federal por acordos e decisões judiciais anteriores à pandemia de Covid-19.

"Quanto às reposições das perdas de arrecadação estadual e municipal, outra iniciativa liderada pelo Congresso Nacional, foram amplamente praticadas em outros países, pelo simples fato de que apenas o governo federal apresenta meios de extensão extraordinária de seu Orçamento pela via da dívida pública ou dos mecanismos monetários e, sem esses suportes, as atividades corriqueiras dos estados e municípios ficariam inviabilizadas."

Os autores dizem ainda que os recursos efetivamente repassados para saúde, "parcela absolutamente minoritária dentro do montante publicado", são todos fiscalizados pelos instrumentos de auditoria de repasses como estruturas do governo federal e TCU (Tribunal de Contas da União).

"Adotando o padrão de comportamento do presidente da República, caberia aos estados esclarecer à população que o total dos **impostos** federais pagos pelos cidadãos e pelas **empresas** de todos [os] estados, em 2020, somou R\$ 1,479 trilhão. Se os

valores totais, conforme postado hoje [domingo], somam R\$ 837,4 bilhões, pergunta-se: onde foram parar os outros R\$ 642 bilhões que cidadãos de cada cidade e cada estado brasileiro pagaram à União em 2020?"

Os governadores encerram a carta afirmando que não buscam resposta para essa pergunta, mas um entendimento de que "a linha da má informação e da promoção do conflito entre os governantes em nada combaterá a pandemia e muito menos permitirá um caminho de progresso para o país".

"A contenção de aglomerações preservando ao máximo a atividade econômica, o respeito à ciência e a máxima agilidade na vacinação constituem o cardápio que deveria estar sendo praticado de forma coordenada pela União [...]. É nessa direção que nossos esforços e energia devem estar dedicados", encerra a carta.

Tão logo a carta foi divulgada, Fábio Faria voltou às redes sociais para rebater as acusações feitas pelos governadores. "Os valores de repasses do governo para os estados estão 100% corretos", disse Faria.

"Os valores estão claramente discriminados nas publicações e são referentes a todos os repasses para os estados: diretos (da União para os entes) e indiretos, como benefícios ao cidadão (Auxílio, Bolsa etc.) e suspensão de dívida. Não há o que contestar, não se briga com números", afirmou o ministro.

Bolsonaro não fez menção à carta, mas comentou os repasses aos estados ao ser abordado por um apoiador no Palácio da Alvorada. "Não faltou dinheiro. Na ponta da linha, eles têm que resolver o problema", afirmou.

Governador da Bahia chora ao falar de resistência a medidas

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), chorou numa entrevista à TV Globo na manhã desta segunda-feira (1º) ao comentar a resistência às medidas de restrição de circulação para reduzir a disseminação do novo coronavírus.

Ele decidiu no domingo (28) prorrogar por mais dois dias a proibição de serviço presencial em bares e restaurantes, além de determinar o fechamento de shopping centers.

"É duro você receber mensagens com as pessoas perguntando: "E meu negócio? E a minha loja?" O que é mais importante: 48 horas de uma loja funcionando ou vidas humanas?", disse, já com a voz embargada.

As medidas foram tomadas na quinta-feira (25) após nova alta de casos de Covid-19 atribuída à disseminação de novas variantes do coronavírus.

"Não gostaria de estar tomando decisões como esta. Gostaria que todas as pessoas estivessem usando máscaras. Mesmo aquelas que se consideram super homens, se consideram jovens. Se não é por ele, pelo menos pela mãe, pelo pai, pela avó, pelo parente, pelo vizinho. Essas pessoas, sozinhas, decretaram o fim da pandemia", disse ele.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Governadores dizem que Bolsonaro quer priorizar 'confronto'

Marcelo de Moraes / BRASÍLIA

Governadores de 18 Estados decidiram reagir ao movimento do presidente Jair Bolsonaro de tentar repassar a eles responsabilidade pela expansão da pandemia. O grupo divulgou nota criticando a atitude de usar dinheiro público "a fim de produzir informação distorcida, gerar interpretações equivocadas e atacar governos locais".

Foi uma resposta à estratégia do presidente, que passou a divulgar em público e nas suas redes sociais que a União repassava bilhões aos Estados para que reduzissem os efeitos da pandemia.

Esse argumento também foi reproduzido nas redes da Secretaria Especial de Comunicação (Secom) do governo. A irritação foi grande porque a maior parte desses recursos aos quais Bolsonaro se refere é de repasses obrigatórios, previstos pela Constituição. Ou seja, não se trata de um gesto do presidente para conter a pandemia.

Para o grupo, não há dúvidas de que Bolsonaro decidiu tentar repassar para o colo dos governadores pelo menos parte da conta política e do desgaste pelo aumento dos casos.

Na nota, os governadores dizem que o governo parece "priorizar a criação de confrontos".

O texto é subscrito pelos governadores de Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. "Os governadores manifestam preocupação em face da utilização, pelo governo federal, de instrumentos de comunicação oficial, custeados por dinheiro público, a fim de produzir informação distorcida, gerar interpretações equivocadas e atacar governos locais", diz o texto.

"A Constituição, Carta maior de nossa sociedade e nossa democracia, estabelece receitas e obrigações para todos os Entes Federados, tal como é feito em qualquer federação organizada do mundo. No modelo federativo brasileiro, boa parte dos **impostos** federais (como o Imposto de Renda pago por cidadãos e empresas) pertence aos Estados e municípios, da

mesma forma que boa parte dos **impostos** estaduais (como o ICMS e o IPVA) pertence aos municípios.

Em nenhum desses casos a distribuição tributária se deve a um favor dos ocupantes dos cargos de chefe do respectivo Poder Executivo, e sim a expresso mandamento constitucional", acrescenta a nota. "Nesse sentido, a postagem hoje veiculada nas redes sociais da União e do presidente da República contabiliza majoritariamente os valores pertencentes por obrigação constitucional aos Estados e Municípios, como os relativos ao FPE, FPM, Fundeb, SUS, royalties, tratando-os como uma concessão política do atual governo federal. Situação absurda similar seria se cada governador publicasse valores de ICMS e IPVA pertencentes a cada cidade, tratando-os como uma aplicação de recursos nos municípios a critério de decisão individual." Atrito. Durante o fim de semana, as redes bolsonaristas trataram de espalhar a narrativa do governo, afirmando que R\$ 837,4 bilhões haviam sido enviados pela União aos Estados. Ou seja, os governadores teriam dinheiro sobrando para combater o vírus. Isso causou grande desconforto até em governadores aliados do Planalto, como Ronaldo Caiado (Goiás), Ratinho Júnior (Paraná) e Claudio Castro (Rio), que subscreveram a nota crítica.

Alguns governadores foram mais duros. "Ao invés de construir alianças para combater a pandemia, Bolsonaro destrói pontes e prejudica o trabalho dos governadores para salvar vidas", disse João Doria (PSDB), de São Paulo, ao Estadão.

"O presidente da República insiste em agredir a verdade para tentar atingir os governadores.

Ele está postando contas malucas. Em suma, é um irresponsável", acusou o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). "O presidente da República mistura, sem explicar, todos os repasses federais e fala que mandou R\$ 40 bilhões para o Rio Grande do Sul. Se a lógica é essa, fica a dúvida: como o Rio Grande mandou para Brasília R\$ 70 bilhões em **impostos** federais, cadê os nossos outros R\$ 30 bilhões?", indagou o gaúcho Eduardo Leite (PSDB).

Apesar da reação, os bolsonaristas não recuaram. O ministro das Comunicações, Fábio Faria, voltou a insistir na história e sustentou que os dados do governo procedem. "Os valores de repasses do

governo para os Estados estão 100% corretos.

As fontes são acessíveis", disse o ministro. "Os valores estão claramente discriminados nas publicações e são referentes a todos os repasses para os Estados: diretos (da União para os entes) e indiretos, como benefícios ao cidadão (auxílio, bolsa etc.) e suspensão de dívida. Não há o que contestar, não se briga com números", afirmou o ministro, endossando o discurso do presidente.

I Imagem maniqueísta

"Em meio a uma pandemia de proporção talvez inédita, agravada por contundente crise econômica e social, o governo federal parece priorizar a criação de confrontos, a construção de imagens maniqueístas e o enfraquecimento da cooperação federativa essencial aos interesses da população." CARTA DOS GOVERNADORES

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para governadores, Bolsonaro distorceu dados sobre repasses

DIMITRIUS DANTAS E RAFAEL NASCIMENTO DE SOUZA *sociedade@oglobo.com.br* SÃO PAULO E RIO

Um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro divulgar nas redes sociais valores de repasses feitos pelo governo federal aos estados, governadores de 19 unidades da federação reagiram e, em nota, acusaram o presidente de distorcer informações para atacar governos locais. Eles destacaram ainda que o Planalto deveria focar em políticas nacionais para conter aglomerações em momento crítico da pandemia no país em vez de adotar estratégia de confronto.

Anteontem, o presidente divulgou em suas redes sociais o valor dos repasses feitos pelo governo federal para cada estado. Os valores, entretanto, são em sua maioria repasses obrigatórios previstos na Constituição, e não uma decisão política do Palácio do Planalto.

"Em meio a uma pandemia de proporção talvez inédita na história, agravada por uma contundente crise econômica e social, o Governo Federal parece priorizar a criação de confrontos, a construção de imagens maniqueístas e o enfraquecimento da cooperação federativa essencial aos interesses da população", afirmaram os governadores.

A maior parte dos repasses é prevista pela Constituição e de caráter obrigatório. Os gestores estaduais lembraram, por exemplo, que boa parte dos **impostos** federais, como o Imposto de Renda, tem como destino obrigatório os estados e municípios, da mesma forma que **impostos** estaduais, como o ICMS e o IPVA, devem ir para os cofres dos municípios de um estado.

Bolsonaro publicou ainda os valores repassados de auxílio emergencial e a suspensão de pagamentos da dívida federal, duas iniciativas, destacaram os dirigentes, do Congresso Nacional, e não do presidente.

Eles afirmaram ainda que a contenção de aglomerações é o que deveria ser coordenado pela União. A nota foi assinada pelos governadores de Alagoas, Bahia, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e

Tocantins.

- A mentira federal sobre repasse de recursos ao Maranhão é tão absurda que o valor "informado" (R\$ 36 bilhões) equivale quase ao dobro do orçamento do Estado em 2020. Vamos ter que, mais uma vez, entrar na Justiça por essa vergonhosa fake news - disse Flávio Dino (PC do B), governador do Maranhão.

Aliado de Bolsonaro e um dos signatários da carta, o governador interino do Rio, Cláudio Castro (PSC), classificou o gesto do presidente de "irresponsável". Para ele, a postagem "cria confusão" e os números "não traduzem a realidade" dos estados: -Ali (na publicação do presidente) estão misturados fundo de participação de estado, fundo de participação de município, Fundeb, SUS etc. Você não pode dar uma informação dessas, porque acaba gerando uma confusão. Infelizmente, quem teve esse pensamento (de divulgar os números) teve uma péssima ideia. Cria mais essa confusão.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com inflação em alta, BC deve subir juros

Analistas de mercado ouvidos pelo Banco Central estão certos de que a taxa básica de juros (Selic) subirá ainda neste mês de março para controlar a **inflação**. Dentre os números trazidos pelo Boletim Focus, está o aumento da projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021, de 3,82% para 3,87%, e do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), de 8,02% para 8,88% em uma semana.

Economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito afirmou que o Focus mostrou uma piora significativa em alguns indicadores, e que, analisando o conjunto, cria-se um sentimento de um cenário mais difícil para a economia. "Os economistas estão vendo que está bem apertado este começo de ano. Não dá pra imaginar muito espaço para o Banco Central não conduzir algum tipo de aperto monetário", disse. O relatório compila as estatísticas calculadas com base na expectativa do mercado coletadas até a sexta-feira anterior à divulgação do documento.

O economista-chefe da Órama Investimentos e professor do Ibmec do Rio de Janeiro, Alexandre Espírito Santo, disse que houve uma deterioração muito rápida dos números, do início do ano para cá. Ele pontuou que havia uma expectativa positiva, com o início da vacinação, mas que isso começou a se reverter de forma rápida. Somaram a isso os ruídos políticos, o retorno ou não do auxílio emergencial e o anúncio do presidente Jair Bolsonaro sobre a mudança na presidência da Petrobras.

Para ele, o mercado estava otimista no início do ano, mas, agora, "começou a cair a ficha". Ele também ressaltou que, pelas expectativas do mercado, o Banco Central terá que subir a taxa de juros. "Não vai ter muito jeito; não vai ter como não fazer esse aumento sob pena de depois ter que correr atrás", disse. A expectativa é de que a Selic passe dos atuais 2% para 2,5% ou 2,75% ao ano.

Economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez pontuou que o BC conduz a política monetária observando a expectativa, portanto é natural observar uma elevação da taxa de juros. Ao falar sobre o cenário, Sanchez citou a **inflação**, a alta do dólar, que vem caminhando para cima, e um Produto Interno Bruto (**PIB**) que "custa a crescer". "Temos um relatório Focus, desde o último boletim, demonstrando um cenário econômico de deterioração, infelizmente", disse.

O economista apontou que vários eventos impactam as expectativas. Ele citou que o anúncio da substituição do presidente da Petrobras, visto pelo mercado como uma interferência do governo federal na estatal, teve um papel negativo (ainda que pequeno) nos números; assim como a morosidade da vacinação e as novas variantes que circulam no país. "Vários acontecimentos em um curto espaço de tempo e todos eles, infelizmente, prejudiciais", disse. (ST)

Poder consolidado em eleições legislativas



Com 86% dos votos apurados nas eleições legislativas de El Salvador, o presidente Nayib Bukele emerge das urnas com poder ampliado. Segundo os números divulgados pelo Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), o partido Novas Idéias (NI), que o governante ajudou a formar e que disputou uma eleição pela primeira vez, ao lado da Grande Aliança Nacional (Gana), que o levou ao poder em 2019, obtinham juntos mais da metade dos votos para o Parlamento.

A contagem preliminar, em tempo real, permite ao TSE marcar a quantidade de votos que cada organização política recebe. Hoje, começará a contagem oficial, na qual se determinará quantos dos 84 assentos do Congresso Unica-meral corresponde a cada partido.

Com maioria absoluta, Bukele poderá influenciar nas nomeações da Corte Suprema de Justiça, da Controladoria e da Procuradoria, com as quais têm tido disputas. E, se alcançar a maioria qualificada (56 assentos), poderá empreender reformas de fundo, como as constitucionais.

O presidente comemorou sua vitória por uma rede social, ainda no domingo, após o fim da votação. Bukele compartilhou uma pesquisa de boca-de-urna da empresa costa-riquenha Cid Gallup, que atribuiu ao Novas Idéias 67% dos votos para o Parlamento. Não foram divulgados detalhes técnicos da consulta.

"Novas Idéias+Gana terão mais de 60 deputados (...) Graças ao povo salvadorenho. Graças a Deus", escreveu, chamando atenção para uma façanha que

nenhum partido conseguiu em três décadas.

De acordo com a contagem do TSE, a Aliança Republicana Nacionalista (Arena, direita) e a ex-guerrilheira Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN, esquerda), que já foram governo e controlaram o Congresso, serão minoria.

"Estamos contentes com esse grande resultado, contentíssimos, como se tivéssemos ganhado na loteria", celebrou José David Paredes, um trabalhador da construção, de 57 anos, simpatizante de Bukele. "Sempre se precisa da oposição, mas não será mais uma oposição diabólica como a que existia, que bloqueava tudo", acrescentou.

O presidente também está vencendo em mais da metade dos 262 municípios em disputa. Com 39 anos, o governante tem criticado duramente os partidos tradicionais, aos quais acusa de desassistir a população e as vítimas da guerra civil (1980-1992), aponto de questionar os acordos de paz. Ele tem em sua carta de apresentação a luta contra a atuação das gangues.

Para o Diretor do Instituto de Direitos Humanos da Universidade Centro-americana (UCA), José Maria Tojeira, a entrega de um bônus de US\$ 300 a famílias necessitadas, bem como de alimentos e insumos para enfrentar a covid-19 tiveram eco na população do país, onde a dívida externa alcança 90% do **PIB**. Os opositores o consideram autoritário e pouco respeitoso das normas democráticas.

Retomada do Brasil este ano deve ter ritmo inferior ao de outros emergentes

Vinicius Neder Daniela Amorim / RIO

Turbinada pelo impulso do auxílio emergencial no consumo das famílias, a economia brasileira terminará o ano da pandemia de covid-19 com desempenho mediano, na comparação com os principais países. O tomo do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2020 deverá ser menos agudo do que o de vizinhos da América Latina, mas será maior do que nas economias emergentes da Ásia. Por outro lado, a retomada neste ano deixará a desejar, com ritmo inferior aos emergentes asiáticos e pouco abaixo dos pares latino-americanos, num cenário em que os Estados Unidos poderão ser destaque.

No somatório de 2020 e 2021, a economia brasileira deverá registrar uma retração média de 0,5% ao ano, mostra levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), com base nas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), atualizadas em janeiro. A retomada de 2021 não recuperará totalmente o tomo de 2020, expectativa que já estava no cenário da maioria dos analistas.

Segundo economistas, controle da pandemia, vacinação e prorrogação de estímulos para mitigar a crise dão o tom das diferenças entre a retomada de cada país. O Brasil poderá ficar ainda mais para trás na retomada deste ano, por causa do recrudescimento da pandemia e do ritmo ainda lento de vacinação, em meio ao cenário de incertezas políticas e econômicas.

Com o impasse em torno da reedição do auxílio emergencial, uma retração da economia neste primeiro trimestre já é prevista e há quem aposte em dois trimestres de queda, ou seja, teríamos uma recessão.

"Sem a vacina não tem jogo, vamos estar atrasados em relação aos demais países do mundo.

Não tem vacina em quantidade necessária para imunizar 70% da população e alcançar a imunidade por rebanho. O crescimento da economia este ano pode ser menor que o esperado.

Eu, particularmente, não acredito num avanço de 3,6%, por conta das incertezas, mas, principalmente, por causa da vacina", avaliou Claudio Considera,

coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Ibre/FGV.

No ano passado, o **PIB** do Brasil deve ter encolhido 4,5%, nas estimativas do FMI - as projeções de analistas nacionais, compiladas pelo Banco Central (BC), apontam uma retração de 4,3%, conforme o Boletim Focus.

Este ano, a projeção do FMI aponta para um crescimento de 3,6%, ante 3,29% nas estimativas dos analistas brasileiros pesquisadas pelo BC. As projeções locais vêm piorando. Há um mês, o Boletim Focus apontava crescimento de 3,50%. As estimativas para este ano serão calibradas após a divulgação do resultado oficial de 2020, pelo IBGE, amanhã.

"A principal atividade no País tem relação com o convívio social, que é a parte dos serviços.

Isso faz com que nosso **PIB** seja bastante prejudicado pela pandemia.

Os demais países (desenvolvidos) colocaram mais recursos em auxílio emergencial do que fomos capazes. Embora nosso primeiro auxílio tenha tido um volume relevante, agora está sendo discutido um volume menor", disse Considera.

FMI. A retomada do Brasil será mais lenta do que o agregado mundial e do que a recuperação dos emergentes. O FMI projeta que a economia global crescerá 5,5% este ano, avanço médio de 0,9% ao ano em 2020 e 2021. No geral, o crescimento projetado para o Brasil em 2021 fica no meio da lista de 30 países incluídos no levantamento do Ibre/FGV: para 13 países, o FMI projeta crescimento superior ao estimado para o Brasil, enquanto 16 nações deverão crescer este ano num ritmo inferior ao brasileiro (veja quadro ao lado).

Só que a retomada, no agregado, será puxada pela Ásia, com destaque para a China e a Índia.

Tanto que os emergentes deverão crescer 6,3% neste ano, ritmo quase duas vezes maior do que o esperado para o Brasil.

Conforme as projeções do FMI, o **PIB** da Índia deverá saltar 11,5%, a China deverá crescer 8,1%, seguidos

de Malásia (7,0%) e Filipinas (6,6%).

"A China, na contramão, ou como está na frente, deverá começar a retirar estímulos antes da maioria do mundo", afirmou Fabiana D'Atri, economista do Bradesco, que prevê a "normalização" da economia chinesa, com a pandemia controlada, já a partir do segundo semestre.

EUA. O crescimento brasileiro também deverá ficar abaixo de economias desenvolvidas, como Estados Unidos (5,1%), França (5,5%) e Espanha (5,9%), segundo os números do FMI. As revisões, para cima, nas expectativas de crescimento da economia americana têm chamado a atenção, em função da possibilidade de o recém-empossado presidente Joe Biden conseguir aprovar mais um pacote de US\$ 1,9 trilhão para mitigar os efeitos da pandemia - para além dos US\$ 900 bilhões aprovados em dezembro, com efeitos desde janeiro.

Tanto que, em relatório divulgado na última sexta-feira, o Bradesco elevou sua estimativa para o crescimento americano neste ano para 7,0%, bem acima da projeção de janeiro do FMI. Além de mais estímulos, o controle da pandemia melhorou nos EUA, onde, segundo o banco, a vacinação contemplou 19,4% da população até fevereiro.

Para Fabiana, do Bradesco, diferentemente do tombo inicial do segundo trimestre de 2020, quando todas as economias do mundo pararam mais ou menos ao mesmo tempo e da mesma forma, a recuperação econômica tem sido assimétrica entre os países, por causa das diferenças no controle da pandemia, no ritmo de vacinação e na capacidade de adotar estímulos.

Na Europa, a Itália, fortemente atingida pela covid-19 ainda em fevereiro do ano passado, antes mesmo de a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciar que se tratava de uma pandemia, deverá ter o pior desempenho médio em 2020 e 2021, com crescimento de 3,0% este ano, vindo de um tombo de 9,2% ano passado, segundo o estudo do Ibre/FGV. O aumento do número de casos de covid-19 levou a novas medidas de restrição na virada do ano, colocando a possibilidade de retrações econômicas em diversos países europeus neste início de ano.

I Falta da vacina

"Eu não acredito num avanço (do **PIB**) de 3,6%, principalmente por causa da (falta) vacina." Claudio Considera COORDENADOR DO NÚCLEO DE CONTAS NACIONAIS DO IBRE/FGV

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

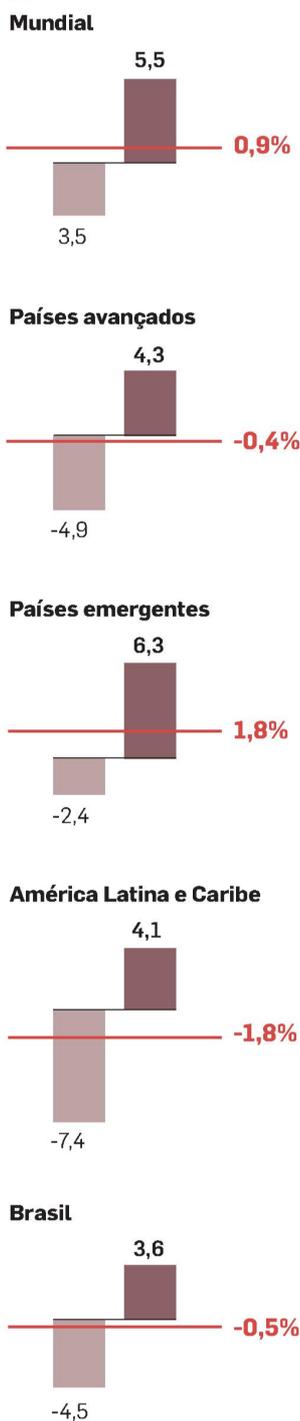
TOMBO MENOR

● Crescimento econômico do Brasil fica na média em 2020, mas deixa a desejar em 2021

Comparação do desempenho da economia global

PIB EM PORCENTAGEM REAL ANTE O ANO ANTERIOR

EM 2020 EM 2021
MÉDIA DO BIÊNIO 2020-2021



Brasil fica no meio do ranking do crescimento

PIB EM PORCENTAGEM REAL ANTE O ANO ANTERIOR

EM 2020 EM 2021



FONTE: IBRE/FGV, COM PROJEÇÕES DO FMI

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

País deixa time das 10 maiores economias

A crise de 2020 deverá confirmar a saída do Brasil do grupo das dez maiores economias do mundo, como já mostrou outro levantamento do Ibre/FGV, de outubro do ano passado. O País deverá fechar o ano como a 12.^a maior economia em termos de valor do **PIB**, ultrapassado por Canadá, Coreia do Sul e Rússia.

"Fica muito claro que o Brasil tem algum problema crônico e interno. É uma questão doméstica muito grave, que atribuo aos problemas que existem na gestão do Executivo e do Congresso, conflitos que persistem ao longo do tempo", diz o economista-chefe da agência Austin Rating, Alex Agostini.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pressão por desidratação ameaça votação da PEC emergencial amanhã



Bittar: "Não posso ser mau perdedor. Claro que fiquei chateado. Mas não posso ser o guri teimoso. Agora, eu lamento"

Renan Truffi e Vandson Lima

O recuo do governo em relação à desvinculação dos pisos de saúde e educação não deve ser suficiente para diminuir a pressão por uma desidratação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa criar gatilhos para contenção de despesas - a chamada PEC emergencial.

O PSDB e outros partidos de centro pressionam por novas mudanças no texto. Uma delas é a que trata da destinação de 28% do PIS/Pasep para o "financiamento de programas de desenvolvimento econômico" por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A oposição, por sua vez, pede o fatiamento da PEC, votando agora apenas a flexibilização fiscal que permitirá ao governo retomar o pagamento do auxílio emergencial e deixando as medidas de impacto para uma discussão mais longa.

Até a noite de ontem, o governo não havia apresentado o novo parecer, como prometido. A intensificação das medidas de restrição de circulação em Brasília, com o presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) suspendendo as atividades presenciais - o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ainda avaliava o que fazer - tornam as negociações para a realização da votação na quarta-feira ainda mais complicadas.

O relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), disse ao Valor que decidiu "aceitar a derrota" e retirar do substitutivo final a desvinculação dos pisos constitucionais de saúde e educação, que provocou reação da oposição, partidos de centro e até mesmo de aliados do governo. Bittar admitiu estar chateado pelo fato de o Senado sequer ter aceitado debater o assunto, mas afirmou que vai fazer essa concessão para salvar os gatilhos fiscais, que visam segurar despesas com o funcionalismo público.

"Não posso ser mau perdedor. Claro que fiquei chateado. Muito. Mas não posso ser o guri teimoso. Agora, eu lamento. Lamento que os senadores ontem sequer aceitaram discutir um sistema que está falido. Basta fazer uma pergunta simples: será que os netos dos 81 senadores estudam nesse sistema [de educação pública]?", questionou. Apesar disso, Bittar afirmou que a ideia é preservar no texto todo o restante das medidas de controle fiscal.

A destinação de parte do PIS/Pasep foi alvo de uma emenda do senador José Serra (PSDB-SP) e recebeu apoios. Na semana passada, o líder do PSDB na Casa, Izalci Lucas (DF), já havia alertado que o governo precisava conversar sobre essas medidas com os partidos e confirmou que, se a medida não for retirada, o PSDB vai destacar a emenda como forma de alterar o trecho com ajuda do plenário do Senado. "O BNDES é o maior financiador de projetos. Se você retira esse repasse, o estrago é muito grande. Não dá para brincar, fazer como eles estão fazendo", disse Izalci.

Outro tema incluído na PEC emergencial e tem sido alvo de debate é o Programa Universidade Para Todos (ProUni). As mantenedoras de universidades privadas tentam preservar o programa dos cortes que serão feitos como contrapartida à PEC. Isso porque o parecer de Márcio Bittar prevê que Bolsonaro mandará, em até seis meses após a promulgação, projeto de lei para reduzir os incentivos e benefícios tributários em 10 % no primeiro ano e, proporcionalmente como fatia do **PIB**, de 4,7% hoje para 2% em oito anos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Caindo pelas tabelas

Por onde quer que se pegue, o Brasil está literalmente descendo a ladeira, caindo pelas tabelas das principais estatísticas internacionais. A começar pelo combate à pandemia da Covid-19, passando por questões internas que nos afastam assustadoramente do mundo ocidental civilizado. Em números absolutos, temos o desonroso segundo lugar no mundo, com mais de 255 mil mortes por Covid-19.

Mesmo quando colocado em termos proporcionais, o número no Brasil fica entre os 30 países mais atingidos dos 178 com mais mortes por Covid-19 para cada 100 mil habitantes. Também na comparação proporcional, houve mais mortos no Brasil do que na Argentina, Alemanha e Rússia. Com relação à vacinação em massa, a estimativa é de que só será alcançada em meados de 2022, segundo a Economist Intelligence Unit.

A plataforma Our World in Data, da Universidade de Oxford, indica que o Brasil aplicou, até o momento, 3,97 doses para cada 100 habitantes. O país com a maior taxa de vacinação no mundo é Israel, com 93,5 vacinados para cada 100 habitantes. Não por acaso, o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, faz propaganda na televisão para estimular a vacinação, e o presidente brasileiro usa suas lives na internet para propagar o negacionismo, falar contra o uso de máscaras e sobre os pretensos perigos da vacinação.

Essa calamidade do combate à pandemia no Brasil se refletirá certamente na medição do Índice de Desenvolvimento Humano feito pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud), que avalia a saúde, a educação e o padrão de vida dos países. O Brasil perdeu cinco posições no ranking mundial na última medição, passou do 79º para o 84º lugar entre 189 países. Perdemos também duas posições na América Latina, ficando atrás de Chile, Argentina, Uruguai, Peru e Colômbia.

Com relação à educação, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, em inglês) registrou em 2019 ligeiro avanço dos estudantes brasileiros, que seguem, no entanto, entre os 20 piores colocados entre as 80 nações avaliadas em Ciências, Matemática e Leitura. Com todos esses resultados, ainda acrescentamos à nossa desdita um Congresso que propõe acabar com a verba obrigatória no Orçamento para Educação e Saúde, e um governo que, ao mesmo tempo que tenta ser admitido na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), desdenha medidas de boa

governança exigidas de seus membros, como valorização da democracia e dos direitos humanos, até regras de proteção ao meio ambiente e no combate à corrupção.

Na questão ambiental, retrocedemos 20 anos em dois no governo Bolsonaro. O Brasil, que já sediou congressos fundamentais e teve protagonismo internacional na discussão da proteção ambiental, hoje tornou-se um pária. A batalha contra a corrupção vai sendo gradualmente perdida por decisões jurídicas e parlamentares. Já não há pudor em debater mudanças em temas como nepotismo, improbidade administrativa ou impunidade parlamentar. Ou em defender alterações na Lei de Ficha Limpa.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, anuncia agora uma **reforma política** "profunda", que pretende amenizar a legislação de cláusulas de barreira para atuação plena no Congresso dos partidos, acabar com a proibição de coligações nas eleições proporcionais e certamente amenizar as barreiras a candidatos condenados, como estava na versão original da PEC da Impunidade.

Os partidos que não conseguirem atingir as metas em 2022 para a eleição da Câmara perderão pela primeira vez o direito de ter financiamento público, tempo no rádio e televisão de propaganda eleitoral e até mesmo estrutura de gabinete e presença em comissões e na Mesa da Câmara.

Essa é uma tentativa de repetir uma experiência já vivida. As cláusulas de barreira foram aprovadas em 1995, para vigorar dez anos depois. Teoricamente, os partidos teriam tempo suficiente para se organizar. Em 2006, esses mesmos partidos entraram no Supremo Tribunal Federal contra as novas regras, e os ministros acataram os apelos em nome de "defender as minorias". Chegamos aonde chegamos.

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/caindo-pelas-tabelas.html>